A insurreição luso-brasileira e o fim do domínio holandês (1645-1654)

Bruno Romero Ferreira Miranda

Antecedentes do domínio holandês no Brasil e primeiras investidas

A expansão ultramarina iniciada no século XVI pela República das Províncias Unidas dos Países Baixos e sua luta por independência frente a Espanha — na chamada Guerra dos Oitenta Anos (1568-1648) — estão diretamente conectadas à história do Brasil. Isso porque a crise diplomática e de sucessão ao trono português levou os lusos a serem incorporados à Monarquia hispânica e, paralelamente, aos conflitos dela com a República, haja vista as restrições a um lucrativo comércio entre portugueses e holandeses. Produtos indispensáveis para a economia da República — como o sal utilizado na indústria pesqueira — passaram a ser alvo de embargos, prejudicando suas atividades mercantis. Assim, para ter acesso ao comércio e às riquezas coloniais, sobretudo o açúcar do Brasil, os holandeses abriram espaço nas colônias ibéricas por intermédio da guerra. Forçar portugueses e espanhóis em suas colônias também era uma maneira de atacar suas fontes de recursos e desviar os esforços bélicos hispânicos do conflito travado na Europa (MELLO, 2010, p. 201).

Com tal objetivo, foi criada nos Países Baixos, em 1621, a Companhia das Índias Ocidentais, corporação privada financiada pela venda de ações e privilegiada pelos Estados Gerais para promover o comércio e a colonização de territórios na América e no espaço atlântico. Na prática, a investida inicial da Companhia, uma arma de guerra da República, foi direcionada para a costa do Brasil e, depois, para a costa ocidental africana, sobremaneira

para Guiné e Angola, haja vista os indissociáveis vínculos da produção do açúcar com o tráfico de escravizados (BOXER, 1952, p. 43-44; HEIJER, 2002, p. 13-34). Inspirada no modelo de captação de fundos e administração da Companhia das Índias Orientais, fundada em 1602, a companhia ocidental demorou para levantar os capitais necessários para suas primeiras movimentações. O curso, o sal do Caribe e o açúcar do Brasil foram as molas mestras do grande projeto holandês para as Índias Ocidentais.

A escolha do Brasil como alvo prioritário das ações da Companhia teve, além do acesso às zonas produtoras de açúcar, uma série de motivos alardeados nos Países Baixos, a exemplo dos listados por Jan Moerbeeck no panfleto *Motivos por que a Companhia das Índias Ocidentais deve tentar tirar ao rei da Espanha a terra do Brasil*, de 1624. Esse texto propagandístico advogava que apenas dois locais eram economicamente relevantes na colônia: Bahia e Pernambuco. Bastava a posse de ambas as capitanias para se assenhorar do Brasil. E isso não seria difícil de executar, segundo ele, dada a precária defesa dessas duas capitanias.

Dois anos após a fundação da Companhia, começaram os preparativos que a levaram para a capital da colônia, Salvador, em maio de 1624. O governador-geral Diogo de Mendonça Furtado não tinha meios adequados para defender a cidade e pouco pôde fazer para resistir às tropas da Companhia que chegaram na cidade. No dia seguinte ao desembarque, a milícia e a população da cidade, em pânico, fugiram para o interior, deixando Salvador livre para o saque (BOXER, 2004, p. 30-32; MAGALHÃES, 2010, p. 38-42).

A facilidade da conquista não se traduziria em avanço para o interior. A despeito da debandada da população, uma forte resistência foi organizada e, mesmo com a proclamação de anistia dada pelos holandeses aos moradores e a algumas ordens religiosas, os invasores viram-se reduzidos ao seu próprio pessoal e a um pequeno número de desertores (LEITE, 1945, p. 41). Rapidamente, os holandeses viram-se acossados e circunscritos na cidade, sobremaneira pelo cerco imposto pelos portugueses que os fustigavam constantemente com uma guerra de guerrilha e lhes negavam o interior (BOXER, 2004, p. 34-35). A resposta da Monarquia hispânica às pretensões holandesas no continente resultou na mobilização de uma armada e um

exército expedicionário dos maiores a deixar a Península Ibérica em todos os tempos (BOXER, 1952, p. 55-60).

Comandada por Dom Fradique de Toledo y Osorio e Dom Manuel de Menezes, ela deu o golpe de misericórdia nos holandeses, que, além do cerco a Salvador, enfrentavam grande instabilidade de suas tropas. Logo foram impelidos a capitular (BOXER, 2004, p. 34-37; HEIJER, 2005, p. 38). O fiasco em Salvador não fez os holandeses desistirem do Brasil e, entre os anos de 1627 e 1630, eles passaram a atacar sistematicamente embarcações ibéricas na costa do Brasil e do Caribe. Após fazer a proeza de capturar parte anual da frota da prata na baía de Matanzas, Cuba, a Companhia conseguiu dinheiro suficiente para tocar adiante seu projeto de conquistar terras na zona do açúcar do Brasil. Dessa vez, o alvo seria Pernambuco, o maior produtor de açúcar mundial, com invejáveis 160 engenhos de produção estimada em 650 mil toneladas (BRANDÃO, 1997, p. 31-35; CALADO, 2004, p. 38-39; HEIJER, 2005, p. 39; MELLO, 2012, p. 41).

A conquista de Pernambuco e a guerra de resistência (1630-1637)

Além das riquezas de Pernambuco e de outras potencialidades estratégicas, outro fator impeliu os holandeses a escolher essa capitania como alvo: a vulnerabilidade defensiva. Texto português de 1609, de autoria do sargento-mor do Estado do Brasil, Diogo de Campos Moreno, já alardeava as fragilidades defensivas daquela plaga e até mesmo apontava como a capitania poderia ser conquistada através do desembarque de tropas numa desguarnecida barra ao norte de Olinda, capital de Pernambuco (MORENO, 1984, p. 200-201).

A previsão de Moreno se concretizou em fevereiro de 1630, quando uma armada comandada por Hendrick Corneliszoon Lonck, composta de 7 mil homens e 67 embarcações, surgiu diante de Olinda. O ataque não foi uma surpresa para a gente de Pernambuco. O irmão do donatário, Matias de Albuquerque, havia sido advertido pelo governo de Madri das intenções holandesas em Pernambuco. Ele enfrentou as tropas lideradas por Diederick van Waerdenburgh no Rio Doce, quando marchavam em direção a Olinda,

mas não conseguiu impedir a conquista da vila e de seu porto, o Recife (CALADO, 2004; COELHO, 1981; PUDSEY, 2000; RICHSHOFFER, 1930).

A queda de Olinda e de seu porto, a exemplo do sucedido em Salvador, não se traduziu em avanço holandês para o interior da colônia. A despeito da vitória, as tropas locais conseguiram manter os holandeses confinados em Olinda e no Recife. No entanto, ao contrário do que ocorreu em 1625, quando os Habsburgo conseguiram mobilizar uma poderosa armada, os colonos do Brasil tiveram que se contentar com recursos escassos e inconstantes, haja vista a crise financeira que abatia a Monarquia hispânica e, consequentemente, resultava em seu declínio naval, deixando o Brasil exposto (MELLO, 2012, p. 71; SANTOS-PÉREZ, 2016, p. 174). O peso da defesa da terra recairia sobremaneira nos colonos de Pernambuco e áreas vizinhas.

Nos dois anos subsequentes à tomada de Olinda e do Recife, os holandeses estiveram reclusos nessas duas localidades e permaneceram com acesso limitado ao interior por efeito de um dispositivo militar montado pelos colonos, composto de uma combinação de forças convencionais concentradas em uma fortificação, denominada Arraial do Bom Jesus, levantada na vizinhança entre Olinda e o Recife, e de contingentes móveis que ocupavam postos avançados, ou estâncias, que cercavam e impediam a saída dos holandeses dessas localidades com escaramuças. O objetivo era mantê-los em Olinda e no Recife até que fosse possível uma grande intervenção naval que pudesse fechar o cerco e forçar a capitulação, como se observou em Salvador (MIRANDA, 2020, p. 5).

O resultado da estratégia local colheu frutos. Até 1632, os holandeses só conseguiram fincar seus pés em uma ponta de terra na Ilha de Itamaracá (1631). Sofreram reveses militares, na tentativa de expandir o território, nas capitanias da Paraíba e do Rio Grande, bem como em outras localidades de Pernambuco (MELLO, 1998, p. 33-34).

A guerra de escaramuças nas vizinhanças de Olinda e Recife foi lentamente suplantada pela Companhia na medida em que ela mudou a estratégia de avançar nas zonas vizinhas ao Recife e passou a usar seu poder naval para desembarcar tropas no interior, em posições longe das bases de apoio dos colonos, o que os impossibilitava de fazer uma oposição rápida e

eficiente. Deixava ainda a população rural à mercê dos holandeses (BOXER, 2004, p. 120-123; LAET, 1916, p. 369-370; WÄTJEN, 2004, p. 120-123).

Mesmo com a mudança de estratégia do exército invasor, o impasse militar que caracterizou a guerra nos primeiros anos de ocupação foi extremamente danoso para a Companhia. Ela não estava compensando financeiramente os avultados gastos para a conquista de um território que julgara fácil de ser conquistado. Também acumulava dívidas e aumentava as desconfianças dos investidores no futuro da colônia (HEIJER, 2005, p. 36).

Eventualmente, a estratégia de contraguerrilha acabou produzindo os resultados desejados, e a Companhia lentamente enfraqueceu a guerrilha e tomou importantes posições no Brasil, como a Fortaleza dos Reis Magos, no Rio Grande, em 1633, os fortes Santa Catarina de Cabedelo e Santo Antônio e a cidade de Filipeia de Nossa Senhora das Neves (atual João Pessoa), na Paraíba, em 1634. Essas conquistas foram seguidas de uma maior interiorização no território e da adesão dos moradores aos invasores. Na Paraíba, os moradores foram forçados a assinar uma capitulação em troca de não serem molestados pelos holandeses. Gradativamente, moradores de outras localidades começaram a aderir à Companhia, e negociações e trocas começaram a ser observadas nesse período (LAET, 2016, p. 517-518; NASCIMENTO, 2004, p. 84).

Com a queda da Paraíba, a resistência local perdeu um importante ponto de apoio logístico, o que afetava diretamente a defesa montada nas imediações de Olinda e Recife. O desmoronamento da resistência fez-se completo no ano de 1635, quando o Arraial do Bom Jesus — base central da guerrilha — e o Cabo de Santo Agostinho — onde estava o principal porto do exército de resistência para o recebimento de reforços e escoamento do açúcar produzido na região, importante mantenedor da guerra — foram sitiados e conquistados. Tais derrotas acarretaram uma debandada de parte da população do interior junto com as tropas de resistência, as quais tentaram manter o sul de Pernambuco, enquanto aguardavam reforços substanciais para conter a ofensiva dos holandeses (BOXER, 2004, p. 74-84; WÄTJEN, 2004, p. 124-130).

Mesmo perdendo o Arraial, as forças locais privaram a Companhia de reestruturar a indústria açucareira com persistentes ataques às plantações e

fábricas. Gente desterrada — parte rumou para a Bahia —, fábricas destruídas, canaviais queimados e escravizados em fuga fariam parte da paisagem da zona rural naqueles primeiros anos. Tal situação só iria mudar quando um novo governador fosse apontado para o Brasil. Ele daria início a uma campanha para expulsar em definitivo o exército da resistência do sul de Pernambuco e liberar — assim se esperava — a zona do açúcar da presença portuguesa (BOXER, 2004, p. 89-93; WÄTJEN, 2004, p. 134-136).

Expansão e governo de Johan Maurits van Nassau-Siegen (1637-1644)

Escolhido em 1636 para governar o Brasil, Johan Maurits van Nassau-Siegen (1604-1679) veio com o desafio de sacramentar a posição holandesa no território e restabelecer a economia da colônia, amplamente afetada pela guerra de conquista. Mal colocou os pés no Brasil, ele direcionou suas tropas para uma campanha capaz de empurrar a resistência local para o sul da colônia. Mesmo com constantes infiltrações inimigas no território, Nassau garantiu uma fronteira natural para o Brasil holandês no Rio São Francisco e a manteve até 1644. Sob seu governo seriam ainda ampliadas as fronteiras da colônia na sua porção norte, com a anexação do Ceará (1637). O projeto se estenderia ao ultramar, sendo conquistado São Jorge da Mina (1637) e Luanda (1641), na África Ocidental, importantes para o projeto de reestruturação econômica da colônia, que dependia de mão de obra escravizada.

Um dos maiores desafios de Nassau foi reativar a economia açucareira após a longa guerra para dominar a colônia, que resultou no abandono e destruição de boa parte dos engenhos de açúcar de Pernambuco (CEULEN; DUSSEN, 2004; SCHOTT, 2004). Com o intuito de restabelecer esses engenhos, o novo governo confiscou e revendeu, financiado, no ano de 1638, 68 engenhos — de um total de 149 — abandonados ao longo da guerra. A maior parte deles seria comprada por holandeses, seguidos por um bom número de portugueses. Não demoraria para que parte substancial dos engenhos da colônia voltasse à atividade, chegando a um pico de produção de

açúcar nos primeiros anos da década de 1640. Parte desses engenhos adquiridos por holandeses também acabaria nas mãos dos portugueses, que sabiam tocar o negócio melhor do que os primeiros (CEULEN; DUSSEN, 2004; MELLO, 2001, p. 144-146; WÄTJEN, 2004, p. 153, 422-424).

A bonança rapidamente cedeu à crise. Retrações nos valores do açúcar entre 1638 e 1643, quebrando a sequência de alta secular de momentos anteriores, afetaram em demasia os lucros dos endividados produtores. Apertada em virtude dos polpudos e necessários empréstimos concedidos para a reconstrução do sistema produtivo e com queda de receita advinda do colapso do preço do açúcar, a Companhia passou a pressionar os produtores para saldarem suas dívidas (MELLO, 2000, p. 110-112; MELLO, 2012, p. 297-298).

Os povos do Brasil holandês e sua governança

A governança do Brasil holandês era a tensa administração de povos de origens e tradições políticas e religiosas muitos distintas: portugueses, junto com judeus, inclusive cristãos-novos e criptojudeus, holandeses e gente da Companhia, que consistia numa multiplicidade de pessoas de diferentes localidades do norte da Europa: estados alemães, Flandres, Valônia, França, Inglaterra, Irlanda, Escócia e Escandinávia. Para complementar o caldeirão étnico, havia as várias populações africanas trazidas forçosamente pelo tráfico atlântico de escravizados e os diversos povos indígenas, igualmente distintos em língua, costumes e vinculações políticas aos europeus (ALENCASTRO, 2000, p. 210-215; MELLO, 1996, p. 5-33, 201-255; MELLO, 2012, p. 201-207; MIRANDA, 2014, p. 52-67; VAINFAS, 2010, p. 90-106).

O grosso da população branca era de gente da Companhia. Soldados e empregados civis, muitos dos quais passaram a engrossar a fileira de cidadãos livres após o término de seus contratos. Outros migrantes começaram a chegar em bom número a partir da queda do Arraial em 1635 e, sobretudo, com a instauração da liberdade de comércio, em 1638. Comerciantes e os mais diversos artífices tentavam sua sorte na colônia, mas muitos a deixaram

ou passaram a se empregar na própria Companhia devido às flutuações econômicas e instabilidades do território. A Companhia não teve planos de colonização eficientes e regulares. Também evitou custear a ida de colonos, que, se não tivessem capital, acabariam dependendo economicamente dela. Por outro lado, precisava colonizar o interior e diminuir a dependência da população portuguesa, que controlava o plantio da cana-de-açúcar. Era um problema conhecido, mas nunca tratado com a seriedade necessária (DUSSEN, 2004, p. 178-181; MELLO, 2001, p. 57-59; XAVIER, 2018, p. 71-86).

Os portugueses que aceitaram o domínio da Companhia permaneceram de posse de seus engenhos. Outros adquiriram engenhos confiscados ou labutaram como lavradores e trabalhadores de ofício que atendiam nas fábricas de açúcar. Sua experiência era fundamental para o sucesso do empreendimento, embora sua relação com os holandeses fosse tensa e mantida na base da coação. Os conflitos se davam por questões religiosas e também pela sub-representação política a que foram levados com a invasão. A quebra de prestígio político deles está na chave do entendimento da rebelião de 1645, junto com o notável endividamento —pelos empréstimos para reconstrução dos engenhos, mas também para a aquisição de escravizados e de mercadorias a comerciantes da cidade. Nassau percebia bem a delicada relação com os portugueses e recomendou aos membros do Alto Governo, em 1644, que dessem tratamento cortês aos moradores, enfatizando também que não os pressionassem para o pagamento de dívidas (DUSSEN, 2004, p. 181-182; MELLO, 2001, p. 143-144, 242-257; MELLO, 2000, p. 90-114; MELLO, 2012, p. 262; LUCIANI, 2012).

Já a comunidade formada por judeus no Brasil era, em sua maioria, composta de judeus portugueses e seus descendentes que haviam fugido para Amsterdã em decorrência da perseguição da Inquisição. Além dos negócios atrelados ao mundo do açúcar, ocupavam-se na colônia do comércio miúdo, a retalho, da cobrança de impostos, corretagem e venda de escravizados. Era uma comunidade diversa, que cresceu substancialmente e que encontrou florescimento no Brasil. A Companhia demonstrou interesse na sua migração para a colônia e lhes concedeu vantagens no território que não lhes eram oferecidas na Europa (MELLO, 1996, p. 5-33, 201-255; VAINFAS, 2010, p. 87-140).

No que se refere aos povos indígenas, a relação dos holandeses foi direcionada, desde o início, para a formação de alianças. Povos de origem tupi (Potiguara) e tapuia (Tarairiu) entraram em definitivo nas guerras do açúcar e enxergaram na aliança com os holandeses a oportunidade de retaliarem os portugueses, contra quem vinham travando lutas desde o século anterior. Os indígenas do litoral foram, dentre os povos locais com os quais os holandeses se relacionaram, os mais próximos, e para eles foi montado um aparato de catequese da religião reformada que obteve algum sucesso. Indígenas aldeados formaram a linha auxiliar de defesa do interior e permaneceram firmes em sua aliança com os holandeses até 1654. Os tapuia, por sua vez, procuraram se aliançar com a Companhia logo no início da ocupação, embora tenham se mostrado aliados instáveis. Eles garantiriam certa segurança na porção setentrional da colônia mesmo após a insurreição dos portugueses em 1645 (MIRANDA, 2020, p. 9).

Além de auxílio na guerra, a Companhia esperava dos aldeados tupi participação nas frentes de lavoura, mediante pagamento, ainda que ínfimo, o que deu vazão a conflitos. Esses aldeados tiveram autonomia política a ponto de estabelecerem uma assembleia indígena na década de 1640, quando da revolta dos portugueses. Ainda que lacunar, a documentação permite obter as minúcias dos acordos desses povos com a administração da Companhia e até mesmo as implicações e consequências políticas da escolha daqueles que se aliançaram com holandeses após sua expulsão, além de diversos aspectos sobre a cultura e sociedades indígenas daqueles territórios (BOOGAART, 1979, p. 519-538; HULSMAN, 2006, p. 37-69; MELLO, 2001, p. 207-236; MEUWESE, 2012, p. 125-190; SCHALKWIJK, 2004, p. 207-227).

A conquista de áreas produtoras de açúcar acabou levando os holandeses para um importante negócio sem o qual os engenhos de açúcar não podiam subsistir: o trato de escravizados. Os entraves morais iniciais para a entrada no tráfico e a participação esporádica no trato foram logo superados. Como referido, em 1637, a Companhia fez sua primeira expedição à costa africana para se apossar de um entreposto negreiro português, São Jorge da Mina. Não era a primeira incursão holandesa na costa africana, embora fosse a primeira fixação naquela banda do Atlântico. Posteriormente, em plena reestruturação

das fábricas após o fim da guerra de conquista e com a reativação da economia açucareira, os holandeses, necessitando ampliar seus plantéis, deram um golpe duríssimo nos portugueses ao conquistar Luanda (MIRANDA, 2020, p. 9-10).

A conquista dos entrepostos em São Jorge da Mina, São Tomé e Luanda os levaria a entrar em contato com diversos povos africanos. Logo aprenderam como lidar com o trato e com os costumes de alguns dos escravizados, gente oriunda de Angola, de Ardra, da Guiné, de Serra Leoa e do Congo, comprada no outro lado do Atlântico e conduzida forçada pelos holandeses para toda a sorte de trabalho no Brasil. Os holandeses fizeram parte de um negócio que teve um crescimento vertiginoso na década de 1640 e resultara na importação de mais de 26 mil escravizados ao longo dos anos de 1630 a 1651, com picos entre 1637 e 1645. O trato transmutar-se-ia, posteriormente, numa das principais atividades da Companhia e, com sua saída do Brasil, os holandeses passaram a alimentar suas novas colônias no Caribe e no Suriname, fornecendo também para outros territórios sem controle holandês (ALENCASTRO, 2000, p. 210-238; BOOGAART; EMMER, 1979, p. 367-369; EMMER, 2006, p. 39-45; SILVA, 2011, p. 169-324; RATELBAND, 2003).

A relação da Companhia para com os povos de origem africana no Brasil não foi apenas de escravidão. Desde cedo, escravizados fugidos encontraram guarida entre as forças invasoras, atuando como guias e guerreiros. Muitos foram recompensados e permaneceram com os holandeses até seus últimos dias. Alguns inclusive migraram para os Países Baixos e constituiriam família por lá (MELLO, 2001, p. 185, 204; PONTE, 2019, p. 33-61; XAVIER, 2018, p. 125).

A restauração do Brasil e expulsão dos holandeses (1645-1654)

Nassau e os administradores do Brasil holandês tiveram que encarar o desafio de governar povos de diversas origens e credos. Eram grupos de interesses conflitantes, mas Nassau conseguiu reduzir parcialmente os desgastes com políticas conciliadoras delineadas pela Companhia, inclusive no que toca à manutenção da tolerância religiosa. Contudo, desordens de caráter econômico, religioso e político que já emergiam entre os grupos

terminaram por ficar latentes após a demissão dele, em 1644, e com a composição de um novo governo, principiado em 1645. Eles se mostraram incapazes de compreender e de solucionar os muitos problemas da colônia.

Ainda que eventos não ocorram em sucessão e se encadeiem numa lógica de causa e efeito, é perceptível que os antecedentes da restauração do Brasil e da guerra que culminou na expulsão dos holandeses estejam, como já referido, relacionados a uma miríade de eventos de ordem econômica, religiosa e política.[1] Cabe explicar melhor algumas dessas situações e instabilidades: a referida queda no valor do açúcar na década de 1640, que, junto com a destruição no campo promovida pela guerrilha, levaria a mais endividamento dos proprietários de engenho. O cenário foi agravado por cheias, pragas e uma epidemia de bexiga que ceifou parte da mão de obra escravizada na década de 1640 (MELLO, 2000, p. 102-105). Incapazes de honrar com dívidas de empréstimos obtidos com a Companhia anos antes, para a aquisição e reformas de engenhos e de mão de obra, muitos foram pressionados também a quitar outros débitos com credores particulares tão logo o novo governo assumiu a colônia. Abusos de toda ordem irromperam na cobrança das dívidas dessa elite local, abrindo-se, portanto, o caminho para uma rebelião dos luso-brasileiros contra os holandeses e credores a eles vinculados (LENK, 2013, p. 315; MELLO, 1998, p. 381-447).

Após a invasão, ocorreram a destruição de templos católicos e a expulsão de ordens religiosas e de seus membros — alguns dos quais atuaram ativamente contra os holandeses. Também foram levantadas proibições a demonstrações públicas da fé, bem como promovidos distúrbios e perseguições por gente não católica atrelada à Companhia das Índias Ocidentais. Por tudo isso, o elemento religioso deu o tom da "guerra de liberdade divina", apontado pelos conjurados em alguns textos produzidos nos primeiros momentos da rebelião, e não deve ser deixado de lado em qualquer análise que se faça sobre esses eventos (MELLO, 2000, p. 94-96; VAINFAS, 2010, p. 188-207).[2]

1 Um dos melhores balanços das motivações para a insurreição é feito por José Antônio Gonsalves de Mello, em seu livro *João Fernandes Vieira* (2000, p. 90-115).

2 Textos como o *Compromisso*, de 1645, hoje na Biblioteca Pública de Évora, ou o *Manifesto dos moradores de Pernambuco*, de 1646. O Instituto Ricardo Brennand possui cópia manuscrita do *Manifesto*, que contém justificativas de caráter religioso produzidas pelos colonos para

Outros acontecimentos, de ordem política, ajudaram a constituir o cenário da rebelião. O primeiro que pode ser pensado se dá já com a constituição de um governo holandês nos primeiros anos da conquista e o abalo da ordem política vigente com a substituição dos cabeças políticos dos territórios ocupados por um novo grupo exógeno, que passara a administrar a terra e a justiça. Mas essa era uma mudança apenas parcial, haja vista a dependência econômica que a Companhia das Índias Ocidentais tinha dos senhores de engenho portugueses, que se mantiveram como grupo majoritário a tocar a produção do açúcar e que voltariam a exercer, decorridos alguns anos da guerra, participação política naquela sociedade. Sua atuação não ocorreria sem fissuras e tensões com os holandeses, como se observa ao longo dos anos de funcionamento da Câmara dos Escabinos, criada em 1637 pela Companhia com o objetivo de ter um aparato governativo que tivesse representação dos principais grupos da colônia, dirimindo assim conflitos entre as partes (MELLO, 2001, p. 122-127; LUCIANI, 2012, p. 206-224).

Elemento de ordem política de primeira grandeza para pensar a insurreição foi a própria restauração portuguesa de 1640 e o fim do vínculo ao império espanhol. Apartado da coroa espanhola e aclamado um novo rei para Portugal, caía, em tese, a justificativa holandesa para ocupação das capitanias do Norte do Brasil, agora que ambos os países compartilhavam um inimigo comum. Negociações entre Portugal e os Países Baixos resultaram em tratado que cessava as hostilidades entre as duas nações. As tratativas previam o restabelecimento dos vínculos comerciais, a cooperação militar contra os espanhóis e, o mais importante, congelava a situação da ocupação de territórios portugueses no ultramar enquanto se negociava sua restituição, mediante indenização. Nos bastidores, contudo, se articulavam elementos catalisadores para a revolta e restauração de Pernambuco e demais capitanias, haja vista a percepção dos portugueses de que a devolução não iria se consolidar por via da diplomacia (MELLO, 1998, p. 36-47).

É fácil, inclusive, entender que Portugal precisava ainda mais de suas colônias para sobreviver como reino independente quando o grosso do seu

o levante. Outros exemplos podem ser observados ainda em crônicas da guerra, a exemplo daquela produzida pelo frei Manoel Calado, *O Valeroso Lucideno* (2004).

império estava concentrado no Brasil e este era dependente do trato de escravizados obtidos em entrepostos da costa africana, parcialmente ocupados e acossados pelos holandeses. Os últimos, aproveitando o atraso na comunicação da assinatura de tréguas com Portugal, avançaram sobre territórios coloniais portugueses no Brasil (Sergipe e São Luís, no Maranhão) e em Angola (Luanda), um duro golpe compreendido como um gesto de traição e que acirraria ainda mais os ânimos daqueles que não mediram esforços em fomentar a rebelião. Por outro lado, os portugueses da Bahia — e, na capital, também vivia parte dos emigrados da guerra de Pernambuco, desejosos em retornar para suas terras — sofriam com o enorme peso fiscal acarretado pelo longo conflito e ansiavam em se livrar da ameaçadora presença holandesa na sua fronteira setentrional. Portanto, eram pelo menos três grandes grupos — reinóis e colonos da Bahia e de Pernambuco — com interesses dos mais diversos, agindo direta e indiretamente para o fomento da insurreição (ARAÚJO, 2014, p. 30-32; ARAÚJO, 2022, p. 1-29; LENK, 2013, p. 323-368; MELLO, 1998, p. 23-28, 400-403).

A Companhia, por sua vez, cometeu erros estratégicos e não soube fazer a leitura de todas as movimentações portuguesas para uma eficiente ação de sufocamento dos rebeldes. Teve com antecipação múltiplas notícias da frustração dos luso-brasileiros para com a política da Companhia e reconhecia a possibilidade de uma rebelião, embora acabasse por não acreditar que a revolta saísse da fase de planejamento (BARDENHEUER, 2018, p. 24). Ademais, visando cortar custos, haja vista a celebração do tratado de paz, reduziu efetivos militares no Brasil, dispensando oficiais veteranos, conhecedores do território. Era uma atitude errada diante da crescente insatisfação dos portugueses para com sua administração, manifestada em uma revolta no Maranhão que resultaria na expulsão dos holandeses daquela localidade, em 1643. No ano seguinte, em decorrência de desavenças com a direção da Companhia, Nassau seria demitido.

A Companhia retirou, portanto, alguém que se mostrava hábil na mediação e mitigação de conflitos da colônia. Nassau seria substituído por um conselho formado por civis que, em atitude contrária às recomendações dadas por ele no tempo de sua saída, permitiu a execução de dívidas dos

moradores, como visto.[3] Instigavam, dessa forma, o confronto com os locais no lugar de reduzir os antagonismos reinantes na colônia. Para ser fiel aos fatos, é necessário dizer que houve uma tentativa, por parte do novo governo, de diminuir os problemas dos senhores de engenho. Costuraram um acordo com comerciantes particulares e moradores luso-brasileiros para pagamento de dívidas que já ultrapassavam 2 milhões de florins. A entrega de toda a produção para liquidação dos empréstimos estava planejada. A princípio, o acordo era visto como positivo nos Países Baixos e até mesmo vantajoso para a Companhia, pois era a chance de receber o dinheiro já considerado perdido. A medida foi pensada ainda para impedir uma insurreição, já que os senhores de engenho endividados passariam a dever à Companhia, e não mais aos comerciantes particulares. Esperavam evitar os vexames habituais causados por esses credores, que confiscavam, com anuência da Companhia, propriedades e bens dos produtores, a exemplo de mão de obra escravizada e equipamentos essenciais para o bom funcionamento dos engenhos. Era sabido que a continuação de tal situação levaria os senhores de engenho a defender seus bens pela força e que o clima geral na colônia era de rebeldia. Por fim, a Companhia diminuiu os juros aplicados para 1% ao mês — no lugar de 2,5% e 3% dos antigos credores — e permitiu que os senhores de engenho tivessem tempo para safrejar e, portanto, produzir o suficiente para abaterem parte de suas dívidas. Era uma tentativa de tirar a grande pressão sobre os produtores e arrefecer ideias de sedição ao mesmo tempo que impedia a ruína da própria Companhia (MELLO, 2010, p. 331-332).

Apesar disso, desde a aclamação do duque de Bragança como novo rei de Portugal que se planejava a rebelião, embora no reino pairassem dúvidas sobre sua adesão ao projeto, o que fez com que apenas no início de 1644, esgotadas as possibilidades diplomáticas para a devolução do Brasil a Portugal, a Coroa encampasse o projeto insurrecional (BOXER, 2004, p. 218-221; MELLO, 2010, p. 44-60).

3 Nassau foi substituído por uma junta de membros civis do Alto e Secreto Conselho, composta por Hendrik Hamel, Adriaan van Bullestrate e Dirck Codde van der Burgh. Van der Burgh falecera ainda em 1644 e fora substituído por Pieter Jansen Bas, que se encontrava no Conselho Político (MELLO, 2012, p. 331).

Da Bahia, as ações de Antônio Teles da Silva, primeiro governador-geral do Brasil apontado pelo novo monarca em agosto de 1642, demonstram que ele atuou ativamente para dar suporte aos rebeldes em Pernambuco. Fomentou ativamente o descontentamento dos habitantes luso-brasileiros da capitania, enviando André Vidal de Negreiros, veterano da guerra contra os holandeses, e o capitão Manuel Pacheco de Aguiar ao Brasil holandês para fazer um comunicado para os moradores de que eles, sob amparo do tratado de paz, estariam livres para circular — "sem impedimento nem desconfiança" — entre territórios portugueses e holandeses. O objetivo real da viagem foi estabelecer as primeiras conversas com figuras proeminentes da açucarocracia e instigar a rebelião. Ainda deram provas de que o governo em Salvador chancelaria os atos, bem como o rei os recompensaria pelos serviços prestados contra holandeses (ARAÚJO, 2014, p. 41-42; MELLO, 1998, p. 50-51; MELLO, 2000, p. 80-81).

Em Pernambuco, notícias de que os luso-brasileiros armazenavam alimentos, deslocavam gado e bens móveis de valor para longe dos territórios de maior controle dos holandeses e adquiriam armas e munições de comerciantes, até mesmo de militares da Companhia, levantavam suspeitas do governo no Recife (MELLO, 2000, p. 80, 122, 129). João Fernandes Vieira, um dos cabeças do movimento de insurreição em Pernambuco, enviou emissário ao reino de Portugal para informar sobre as pretensões dos colonos em iniciar uma revolta ou de ajudar a bancar a recompra do Brasil aos holandeses. Vieira também fora contactado por André Vidal de Negreiros durante outra passagem sua por Pernambuco, sob a desculpa de que visitaria seu pai antes de partir para Portugal. Na ocasião, recebeu de Vieira comunicação para o governador Antônio Teles da Silva (ARAÚJO, 2014, p. 42-44; MELLO, 2010, p. 343-346; NIEUHOF, 1981, p. 137).

Essa circulação de agentes portugueses, bem como de moradores no interior, não escapou à Companhia. Conforme mencionado, desde pelo menos 1642 que a Companhia recebeu denúncias contra os insurrectos antes de a revolta eclodir. Com notícias e movimentações cada vez mais visíveis e a tensão crescente, o governo holandês enviou delegação para Salvador com o intuito de dialogar com o governador-geral Antônio Teles da Silva e,

secretamente, averiguar quaisquer movimentações militares expedicionárias. Nada de estranho fora percebido pelos delegados (BICK, 2012, p. 68; BARDENHEUER, 2018, p. 25-29, 35; MELLO, 2010, p. 126).

Após hesitações entre os colonos em Pernambuco e demais capitanias ocupadas pelos holandeses para aderir ao movimento, o conflito começou a escalar quando tropas oriundas da Bahia adentraram o território administrado pela Companhia, no princípio de junho de 1645, embora pequenos confrontos já viessem ocorrendo no interior desde o mês anterior. O Alto Governo fora informado de que os terços de indígenas e de negros comandados, respectivamente, por Filipe Camarão e por Henrique Dias teriam cruzado a fronteira sul, no Rio São Francisco. Mais uma vez, o governo holandês enviou representantes para Salvador com o objetivo de protestar e exigir o cumprimento da trégua de 1640, bem como ordenar a retirada desses terços. Antônio Teles da Silva negou qualquer envolvimento com essas tropas e afirmou que elas não estavam autorizadas para fazê-lo. Seriam apenas soldados que buscavam pilhar os mocambos de Palmares. Todavia, prometeu interferir e submeter esses militares, enviando comandantes para contactar esses soldados indisciplinados e trazê-los de volta para a área portuguesa. Foi uma desculpa para expedir André Vidal de Negreiros e Martim Soares Moreno, que engrossariam as fileiras de Camarão e de Dias em seu esforço para assaltar o Brasil holandês (BARDENHEUER, 2018, p. 32-35; MELLO, 2000, p. 130; MELLO, 2010, p. 352).

É conhecido também que, nesse encontro, um dos delegados, Diederick van Hoogstraten, foi cooptado pelos portugueses para entregar uma importante posição aos portugueses: o Cabo de Santo Agostinho, onde ele comandava uma fortificação que protegia o acesso ao porto. De fato, Hoogstraten não apenas entregaria o Cabo aos portugueses, como faria parte e lideraria um grupo de tropas da Companhia que desertara e passara a lutar com os rebeldes portugueses após a eclosão da insurreição (MELLO, 2000, p. 126, 165-166; MELLO, 2010, p. 352-358; NIEUHOF, 1981, p. 167, 178-182, 223-234).

Projetos para efetivar a rebelião parecem ter sido vários. Um desses planos estipulava a prisão dos cabeças do governo da Companhia numa ocasião festiva. O projeto envolvia ainda o bloqueio do Recife e o assentamento de tropas nos seus arrabaldes. João Fernandes Vieira era apontado como cabeça

do movimento em Pernambuco. Uma das denúncias, conhecidas através de uma carta anônima intitulada *A verdade plus ultra*, de maio de 1645, traz pormenorizadamente os intentos dos rebeldes. Também sugere aos governantes da Companhia a prisão de Vieira, de seu sogro, Francisco Berenguer, de Antônio Cavalcanti e de vários senhores de engenho da várzea do Capibaribe, bem como de outras freguesias de Pernambuco. Até mesmo os senhores de engenho da Paraíba deveriam ser detidos, o que dá uma noção da amplitude da conjura. O governo holandês do Brasil foi advertido já em maio de 1645 a se antecipar à insurreição e, com suas ações de repressão, capturar todos os cabeças do movimento e assim sustar qualquer tentativa de outros moradores. Foram aconselhados até mesmo a convocar os principais senhores de engenho a se apresentar no Recife, com o intuito de detê-los. A convocação seria dissimulada pelo pretexto de que o convite tinha o intuito de abrigá-los das ações dos guerrilheiros e de assegurar que não seriam acossados por suas dívidas. Promessas de anistia também foram feitas (NIEUHOF, 1981, p. 140-141, 151-158, 166-167; MELLO, 2000, p. 129-133; MELLO, 2010, p. 348-349).

As principais batalhas da insurreição

A delação anônima dos intentos portugueses e as ações postas pela Companhia acabaram por antecipar a movimentação dos insurrectos antes da chegada das tropas de Camarão e Henrique Dias ao Recife. Tudo isso mudou o desfecho do golpe que pretendiam dar e que contaria com suporte naval de embarcações saídas da Bahia e do Rio de Janeiro para um bloqueio por mar. Em junho de 1645, num dia de Santo Antônio, eclode efetivamente o movimento contra os holandeses, que deslocaram tropas para a várzea do Capibaribe com ordens para prender as lideranças luso-brasileiras. Os rebelados fugiram para os sertões da colônia, sendo perseguidos pela gente da Companhia e entrando em confronto com eles em uns montes situados em Santo Antão, nas vizinhanças do Rio Tapacurá, e denominados de Tabocas. A batalha foi sucintamente descrita nas fontes holandesas e narrada ricamente por parte dos portugueses. Dos primeiros, registros do governo

da Companhia informam apenas que Hendrick van Haus, responsável pelo comando das tropas que deram perseguição aos rebeldes, lutara por 2 ou 3 horas sem parar contra as forças dos luso-brasileiros e que estas estavam em posição vantajosa em um monte íngreme cuja subida só era possível através de uma única e estreita passagem. Com muitas baixas e com pouca munição e provisões, o comandante decidiu se retirar quando escureceu (ATAS DIÁRIAS DO ALTO E SECRETO CONSELHO DO BRASIL, 05-08-1645; MELLO, 2010, p. 364-365; NIEUHOF, 1981, p. 191).

Um soldado que participara da refrega, um dinamarquês de nome Peter Hansen Hajstrup, fora igualmente econômico em suas palavras sobre o evento, mas confirma em seu diário a dificuldade enfrentada pela tropa de seu comandante. Lutaram contra pequenos grupos de rebeldes e foram atraídos para um monte íngreme onde os luso-brasileiros tinham posições entrincheiradas e várias armadilhas preparadas. Lutaram até o anoitecer e se retiraram com grandes baixas (HAJSTRUP *apud* MIRANDA; TEENSMA; XAVIER, 2016, p. 54).

Do lado português, o frei Manuel Calado é quem faz o relato mais detalhado do confronto, citando os lugares e a disposição das tropas (CALADO, 2004, p. 5-31). Construiu uma narrativa muito vívida do episódio, embora não o tenha presenciado pessoalmente. Os relatos de Calado, Hajstrup e do governo holandês, embora com qualidades e estilos distintos, possuem alguns fatos compatíveis: as várias tentativas holandesas de tomar a posição dos rebeldes, a posição vantajosa dos luso-brasileiros, a retirada da gente da Companhia, que ocorreu com o abrigo da noite e o tempo de luta.

Entrementes, André Vidal de Negreiros e Martim Soares Moreno desembarcaram tropas em Tamandaré, sul de Pernambuco. Essa força sitiou e rendeu tropas da Companhia em Sirinhaém e depois rumou para Santo Antônio do Cabo. Lá, sitiaram a fortaleza de Nazaré. O comandante da fortificação, Diederick van Hoogstraten, mediante acordo prévio com os sitiadores, entregou a posição aos portugueses (MELLO, 2000, p. 170-171; MELLO, 2010, p. 369; NIEUHOF, 1981, p. 196, 223).

Teatralmente, as forças dos terços de Negreiros e Moreno prenderam João Fernandes Vieira. Fingiram cumprir ordens do governo de Salvador. Depois, juntaram-se com a gente de Filipe Camarão e de Henrique Dias e partiram

para perseguir tropas da Companhia. Eram os soldados remanescentes e esgotados do confronto em Santo Antão que marchavam de volta ao Recife e, após passar por São Lourenço, fizeram pouso em um engenho da várzea do Capibaribe, de nome Tourlon.[4] Eles foram cercados, atacados e vencidos pelas forças luso-brasileiras (MELLO, 2010, p. 370). Sobre esse evento, o Alto Conselho fez uma nota concisa em seus registros diários, datada de 17 de agosto de 1645, informando que o "Senhor Haus fora atacado com grande força por uma tropa do inimigo no engenho do Senhor De With" (ATAS DIÁRIAS DO ALTO E SECRETO CONSELHO DO BRASIL, 17-08-1645). O soldado Peter Hansen Hajstrup, sobrevivente da batalha em Santo Antão, estava entre os combatentes da Companhia que foram sitiados no Engenho Tourlon. Seu relato narra a luta dramática entre as partes e o desespero dos seus camaradas. Ele foi um dos poucos que conseguiram escapar das forças luso-brasileiras e chegar ao Recife para amargar um longo cerco que se estenderia pelos anos seguintes (HAJSTRUP, 2016, p. 56-58). Mais uma vez, o frei Manuel Calado faz registro pormenorizado e rico do evento (CALADO, 2004, p. 33-68).

O dano foi imenso nas forças holandesas. Haus fora responsabilizado pela derrota no Engenho Tourlon. Teria demorado demais para retornar ao Recife, sendo surpreendido pelas forças encabeçadas por André Vidal de Negreiros e aprisionado junto com outros oficiais (NIEUHOF, 1981, p. 235-236). Em poucos dias de agosto de 1645, o exército da Companhia estava virtualmente esfacelado e restrito a algumas posições fortificadas em vilas e cidades das capitanias do Norte (MELLO, 2010, p. 374-375). Apesar do sucesso inicial da rebelião, que tomou várias localidades holandesas, os portugueses não foram capazes de conquistar o Recife e praças fortificadas no Rio Grande e Paraíba. O Brasil voltava praticamente ao estágio da guerra dos primeiros anos, com

4 A denominação está atrelada ao capitão Charles de Tourlon, casado com Ana Pais d'Altro, herdeira do engenho de invocação à Nossa Senhora das Necessidades. Posteriormente, o engenho foi denominado Nassau, De With e Casa Forte. Charles de Tourlon foi comandante da guarda de Johan Maurits van Nassau-Siegen, mas em 1643 fora destituído e preso a mando dele, acusado de conspirar para tomar seu posto e de participar numa conjuração de moradores portugueses contra a Companhia. Fora expulso do Brasil e faleceria em 1644, nos Países Baixos, inocentado após uma investigação. A viúva casou-se com Gijsbert de With, funcionário da Companhia. O casal residiu no Brasil até a capitulação dos holandeses, em 1654, partindo para os Países Baixos naquele ano (MELLO, 2006, p. 188-189; MELLO, 2012, p. 69-70).

os holandeses espremidos em suas fortificações e os portugueses à espreita e impedindo sua movimentação para o interior.

A situação dos holandeses na chegada do segundo ano de rebelião era calamitosa. O Recife amargou sítio e fome. No segundo semestre do ano de 1646, graças a reforços em tropas frescas enviadas dos Países Baixos, a Companhia pôde arrefecer o cerco e efetivar algumas ações militares. Todavia, as tentativas do coronel Sigismund von Schkoppe, experiente militar na guerra local e comandante geral das tropas da Companhia, mostraram-se improdutivas. Recife e outras posições holandesas continuaram sob assédio dos portugueses. Apenas com a chegada da frota comandada pelo almirante Witte Corneliszoon de With, em março de 1648, com amplo reforço em soldados, que uma ofensiva ampla foi posta em curso (MIRANDA, 2014, p. 45).

Autoridades civis e militares da Companhia passaram então a debater a próxima etapa no enfrentamento aos rebeldes. A opção escolhida, menos encorajada pelos oficiais do exército, foi de forçar os portugueses a entrar em batalha campal com as tropas dos holandeses. Ansiavam por ter uma "batalha decisiva, cujo resultado poderia mudar o rumo da situação da Companhia na região" (MIRANDA, 2014, p. 45).

Em abril de 1648, Von Schkoppe, comandando 4.500 soldados, rumou para a Muribeca com o objetivo de fechar o trajeto por terra para o Cabo de Santo Agostinho, local onde estava o porto que atendia às forças portuguesas. Essas, por sua vez, estavam majoritariamente assentadas em um novo arraial construído na várzea açucareira. Dele saíam tropas que apertavam o cerco ao Recife. Se Von Schkoppe fosse bem-sucedido em tomar o caminho para o sul de Pernambuco, ele esperava que os portugueses fossem tentar furar seu bloqueio, dando-lhe, portanto, a batalha que procurava (MELLO, 2010, p. 435; MIRANDA, 2014, p. 45).

Pouco após sair do Recife, as tropas da Companhia fizeram primeiro contato com as forças luso-brasileiras em um local pouco adiante de Afogados. Conseguiram bater esses soldados e acamparam numa área de pasto denominada Leiteria. Não tinham adentrado muito nas terras e ainda aguardavam gente para sua retaguarda. O atraso foi suficiente para que os luso-brasileiros se reforçassem. Essa tropa, de 2.200 homens, atraiu os

comandados de Von Schkoppe para uma série de outeiros no caminho entre o Recife e a Muribeca. Mais uma vez, como fizeram em Santo Antão anos antes, os rebeldes usaram a vantagem do terreno para bater, no dia 19 de abril, as forças holandesas, mesmo em condições numéricas desfavoráveis. Repetiriam a façanha no ano seguinte, quando o exército da Companhia tentou mais uma vez romper o cerco do Recife. Entraram em confronto nos mesmos montes, de nome Guararapes (MIRANDA, 2014, p. 45-46).[5] Essa sequência de derrotas em Santo Antão (1645), Casa Forte (1645) e Guararapes (1648 e 1649) praticamente selou o destino da colônia.

Faltaram, todavia, meios materiais para que os portugueses conseguissem fechar o cerco e conquistar o Recife. Enfrentaram sérias dificuldades logísticas e instabilidades em suas fileiras (MELLO, 1998, p. 306-312). A guerra se estendeu até 1654, quando o sítio pôde ser feito por terra e por mar, tornando a posição holandesa mais frágil e impelindo os comandantes e administradores da Companhia a negociar termos de rendição. Entre 1649 e 1654, os holandeses também careceram de meios para tentar mudar a situação militar. Tiveram ainda que lidar com deserções e motins de tropas que constituíram importantes fatores para a capitulação (MIRANDA, 2014, p. 352-377). Após a rendição, em janeiro de 1654, restaram as pressões políticas e militares na Europa, que garantiriam à República das Províncias Unidas dos Países Baixos uma indenização pelas perdas no Brasil, conforme ratificado nos tratados da Haia de 1661 e 1669.

Algumas considerações finais adicionais devem ser feitas. Enquanto esteve no Brasil, a Companhia enfrentou sérios problemas financeiros. Estes foram agravados ainda mais pela guerra quase incessante, que a obrigou a operar

5 As melhores descrições dos eventos em Guararapes podem ser encontradas em *Castrioto lusitano* (JESUS, 1679), *História da guerra de Pernambuco* (SANTIAGO, 2004) e nos relatos dos oficiais do exército da Companhia, Von Schkoppe e Van den Brande, parcialmente publicados por Evaldo Cabral de Mello (2010) e integralmente por Antônio de Souza Júnior (1998). Na historiografia, a análise do confronto foi bem esquematizada em *Guararapes* (MELLO, 2002) e *Do Recôncavo aos Guararapes* (SOUZA JÚNIOR, 1998). Ainda que não tratando amplamente das batalhas em Guararapes, Hoboken, em *Witte de With in Brazilië, 1648-1649* (1955), traz uma contextualização importante para os eventos que envolvem as duas batalhas. Nesse sentido, ver também *Gente de guerra* (MIRANDA, 2014, cap. 6), que demonstra questões disciplinares que foram basilares para entender, em parte, a derrota do exército da Companhia na primeira batalha dos Guararapes.

sob permanente risco de falência. Ainda no ano de 1633, os grandes custos do conflito tinham levado membros dos Estados Gerais a advogar uma negociação com a Espanha e o abandono do Brasil. Em 1636, depois de seis anos de guerra, a Companhia acumulava uma dívida de 18 milhões de florins e, para financiar a guerra, o corpo de diretores da Companhia terminou fazendo empréstimos com elevados juros de 6%. Mesmo empurrando as tropas luso-espanholas para fora da zona do açúcar em 1637, a Companhia não conseguia ressarcir seus gastos por causa da destruição da zona produtora, o que a obrigou a fazer pesados investimentos para reconstruir o sistema econômico.

A falta de colonos — e de um plano de colonização — também a impossibilitava de prover e defender seu território sem custos extremos. Quando a rebelião irrompeu em 1645, a Companhia estava financeiramente muito comprometida e dependia do suporte dos Estados Gerais para montar uma esquadra de socorro. Além disso, ela tinha que defender um território muito maior do que suas reais capacidades operacionais e que já estava esvaziado de gente de guerra em decorrência de cortes de pessoal subsequentes à assinatura do tratado de paz com Portugal, em 1641, como já mencionado. Para piorar, ela ainda enfrentou oposição interna da câmara de Amsterdã, que, sendo a maior investidora na Companhia, era a que mais gastava para sua manutenção, e, portanto, desejava fazer paz para se livrar do pesado custo da guerra no ultramar e restabelecer o comércio com Portugal. Em 1649, o débito da Companhia era de 36 milhões de florins, incluindo no valor 17 milhões de investimentos. Esse era o maior sinal de que não havia mais condições de atuar na região. Esses são elementos a mais para entender a derrocada do projeto holandês no Brasil (GOSLINGA, 1971, p. 291-307; HEIJER, 2002, p. 43-54, 97-102; HEIJER, 2003, p. 97-98).

Referências

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *O trato dos viventes*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

ARAÚJO, Hugo André Flores Fernandes. Amigos fingidos e inimigos encobertos: o governo geral e a insurreição pernambucana (1642-1645). *Prohistoria*, ano XVII, número 21, 2014, p. 26-53.

________. The insurrection of Pernambuco and the surrender of the Dutch in Brazil (1645-1654). *In: Oxford Research Encyclopedia of Latin American History*, 2022.

ATAS diárias do Alto e Secreto Conselho do Brasil (*Dagelijkse Notulen van de Hoge en Secrete Raad van Brazilië*). Arquivo Nacional da Haia, Países Baixos, Coleção da Velha Companhia das Índias Ocidentais 1.05.01.01, inv. nr. 70, 05-08-1645.

ATAS diárias do Alto e Secreto Conselho do Brasil (*Dagelijkse Notulen van de Hoge en Secrete Raad van Brazilië*). Arquivo Nacional da Haia, Países Baixos, Coleção da Velha Companhia das Índias Ocidentais 1.05.01.01, inv. nr. 70, 17-08-1645.

BARDENHEUER, Markus. *Várzea Talk*. War and communication in Dutch Brazil, 1645-1654. Dissertação (Mestrado em História) — Universiteit Leiden, Leiden, 2018.

BICK, Alexander. *Governing the free sea*: the Dutch West India Company and commercial politics, 1618-1645. Tese (Doutorado em História) — Princeton University, New Jersey, 2012.

BOOGAART, Ernst van den; EMMER, Piet C. *The Dutch participation in the Atlantic Slave Trade, 1596-1650*. Leiden: Centre for the History of European Expansion, 1979.

BOOGAART, Ernst van den. Infernal allies. The Dutch West India Company and the Tarairiu 1630-1654. *In:* BOOGAART, Ernst van den (ed.). *Johan Maurits van Nassau-Siegen 1604-1679*. A humanist prince in Europe and Brazil. The Hague: The Johan Maurits van Nassau Stichting, 1979.

BOXER, Charles Ralph. *Os holandeses no Brasil*. Recife: Companhia Editora de Pernambuco, 2004.

________. *Salvador de Sá and the struggle for Brazil and Angola*. London: Athlone Press, 1952.

BRANDÃO, Ambrósio Fernandes. *Diálogos das grandezas do Brasil*. Recife: Massangana, 1997.

CALADO, Manoel. *O Valeroso Lucideno e o triunfo da liberdade*. 2 volumes. Recife: Companhia Editora de Pernambuco, 2004.

CEULEN, Mathias van; DUSSEN, Adriaen van der. Breve discurso sobre o Estado das quatro capitanias conquistadas, de Pernambuco, Itamaracá, Paraíba e Rio Grande, situadas na parte setentrional do Brasil. *In:* MELLO, José Antônio Gonsalves de (org.). *Fontes para a História do Brasil holandês*: a economia açucareira. Recife: Companhia Editora de Pernambuco, 2004.

COELHO, Duarte de Albuquerque. *Memórias diárias da Guerra do Brasil*. Recife: Fundação de Cultura da Cidade do Recife, 1981.

COMPROMISSO dos conjurados, 23-05-1645. Biblioteca Pública de Évora, Portugal, Códice CVI/2-2, fólios 182f-183v.

DUSSEN, Adriaen van der. Relatório sobre o estado das capitanias conquistadas no Brasil, datado de 10 de dezembro de 1639. *In:* MELLO, José Antônio Gonsalves de (org.). *Fontes para a História do Brasil holandês: a economia açucareira*. Recife: Companhia Editora de Pernambuco, 2004.

EMMER, P. C. *De Nederlandse slavenhandel, 1500-1850*. Amsterdam/Antwerpen: Uitgeverij De Arbeiderspers, 2000.

GOSLINGA, Cornelis Ch. *The Dutch in the Caribbean and on the wild coast, 1580-1680*. Assen: Van Gorcum & Comp. N. V., 1971.

HAJSTRUP, Peter Hansen. Memorial e jornal de tudo o que passou na minha viagem registrado com dias e datas a partir de 1643. *In*: MIRANDA, Bruno Romero Ferreira; TEENSMA, Benjamin Nicolaas; XAVIER, Lucia Furquim Werneck. (org.) *Viagem ao Brasil (1644-1654)*. Recife: Companhia Editora de Pernambuco, 2016.

HEIJER, Henk den. Diretores, Stadhouderes e Conselhos de Administração. *In*: WIESEBRON, Marianne L (org.). *O Brasil em arquivos neerlandeses*, vol. 2. Leiden: CNWS, 2005.

________. The Dutch West India Company, 1621-1791. *In*: POSTMA, Johannes; ENTHOVEN, Victor (Eds.). *Riches from atlantic commerce*. Leiden: Brill, 2003.

HEIJER, Henk den. *Geschiedenis van de WIC*. Zutphen: Walburg Pers, 2002.

HOBOKEN, W. J. van. *Witte de With in Brazilië, 1648-1649*. Amsterdam: N.V. Noord-Hollandsche Uitgevers Maatschappij, 1955.

HULSMAN, Lodewijk. Índios do Brasil na República dos Países Baixos: as representações de Antônio Paraupaba para os Estados Gerais em 1654 e 1656. *Revista de História*, n. 154, 2006, p. 37-69.

JESUS, Raphael de. *Castrioto lusitano*. Parte I. Entrepresa, e restauração de Pernambuco; & das Capitanias Confinantes. Lisboa: Antonio Craesbeeck de Mello, 1679.

LAET, Joannes de. *História ou annaes dos feitos da Companhia Privilegiada das Índias Occidentaes desde o seu começo até o fim do anno de 1636*. Rio de Janeiro: Officinas Graphicas da Bibliotheca Nacional, 1916.

LEITE, Serafim. *História da Companhia de Jesus no Brasil*, vol. 5. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1945.

LENK, Wolfgang. *Guerra e pacto colonial*. A Bahia contra o Brasil Holandês (1624-1654). São Paulo: Alameda, 2013.

LUCIANI, Fernanda Trindade. *Munícipes e Escabinos*. Poder local e guerra de restauração no Brasil holandês (1630-1654). São Paulo: Alameda, 2012.

MAGALHÃES, Pablo Antonio Iglesias. *Equus Rusus*. A Igreja Católica e as guerras neerlandesas na Bahia (1624-1654). Tese (Doutorado em História) — Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2010.

MANIFESTO dos moradores de Pernambuco, 1646. Acervo do Instituto Ricardo Brennand.

MELLO, Evaldo Cabral de (org.). *O Brasil holandês (1630-1654)*. São Paulo: Penguin & Companhia das Letras, 2010.

________. *Olinda restaurada*: guerra e açúcar no Nordeste, 1630-1654. Rio de Janeiro: Topbooks, 1998.

________. *Um imenso Portugal*. São Paulo: Editora 34, 2008.

________. *Nassau. Governador do Brasil holandês*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

________. *O bagaço da cana*. Os engenhos de açúcar do Brasil holandês. São Paulo: Penguin & Companhia das Letras, 2012.

________. *O negócio do Brasil*. Portugal, os Países Baixos e o Nordeste, 1641-1699. Rio de Janeiro: Topbooks, 2003.

MELLO, Frederico. Guararapes. *Uma visita às origens da pátria*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco/Editora Massangana, 2002.

MELLO, José Antônio Gonsalves de. *Gente da nação*. Cristãos-novos e judeus em Pernambuco 1542-1654. Recife: Fundação Joaquim Nabuco/Editora Massangana, 1996.

________. *Tempo dos Flamengos*. Influência da ocupação holandesa na vida e na cultura do norte do Brasil. Rio de Janeiro: Topbooks, 2001.

________. *João Fernandes Vieira*. Mestre-de-Campo do Terço de Infantaria de Pernambuco. Lisboa: Comissão Nacional para as comemorações dos descobrimentos portugueses, 2000.

MEUWESE, Marcus. *Brothers in arms, Partners in trade*. Leiden: Brill, 2012.

MIRANDA, Bruno Romero Ferreira. "Como leais soldados": algumas reflexões sobre a primeira batalha dos Guararapes. *Navigator*, v. 10, n. 19, p. 44-52, 2014.

________. *Gente de guerra*. Origem, cotidiano e resistência dos soldados do exército da Companhia das Índias Ocidentais no Brasil (1630-1654). Recife: Editora da Universidade Federal de Pernambuco, 2014.

________, The Dutch in Brazil, 1624-1654. *In*: *Oxford Research Encyclopedia of Latin American History*, 2020.

MOERBEECK, Jan Andries. *Redenen waeromme de West Indische Compagnie dient te trachten het Land van Brasilia den Coninck van Spangien ontmachtigen*. Amsterdam: Cornelis Lodewijcksz, 1624.

MORENO, Diogo Campos. Relação das praças-fortes, povoações e coisas de importância que Sua Majestade tem a costa do Brasil. *Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano*, LVII, 1984.

NASCIMENTO, Rômulo Luiz Xavier do. *"Pelo lucro da Companhia"*: aspectos da administração no Brasil holandês, 1630-1639. Dissertação (Mestrado em História) — Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2004.

NIEUHOF, Joan. *Memorável viagem marítima e terrestre ao Brasil*. Belo Horizonte/São Paulo: Editora Itatiaia/Editora da Universidade de São Paulo, 1981.

PONTE, Mark. 'Al de swarten die hier ter stede comen'. Een Afro-Atlantische gemeenschap in zeventiende-eeuws Amsterdam. *TSEG/The Low Countries Journal of Social and Economic History*, 15(4), 2019.

POSTMA, Johannes. *The Dutch in the Atlantic Slave Trade, 1600-1815*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

PUDSEY, Cuthbert. *Journal of a residence in Brazil, 1629-1640.* Petrópolis: Editora Index, 2000.

PUNTONI, Pedro. *A mísera sorte.* A escravidão africana no Brasil holandês e as guerras do tráfico no Atlântico Sul, 1621-1648. São Paulo: Hucitec, 1999.

RATELBAND, Klaas. *Os holandeses no Brasil e na Costa Africana.* Angola, Kongo e S. Tomé (1600-1650). Lisboa: Vega, 2003.

RICHSHOFFER, Ambrosius. Reise nach Brasilien 1629-1632. *In:* NABER, S. P. l'Honoré (Ed.). *Reisebeschreibungen von Deutschen Beamten und Kriegsleuten im Dienst der Niederländischen West- und Ost-Indischen Kompagnien 1602-1797.* Den Haag: Martinus Nijhoff, 1930.

SANTIAGO, Diogo Lopes. *História da Guerra de Pernambuco.* Recife: Companhia Editora de Pernambuco, 2004.

SANTOS PÉREZ, José Manuel. Estado, Capitanias donatariais e companhias comerciais. Uma visão Comparativa do Brasil holandês. *In:* SILVA, Kalina Vanderlei (Org.). *Histórias conectadas. Ensaios sobre História Global, Comparada e Colonial na Idade Moderna (Brasil, Ásia e América Hispânica).* Rio de Janeiro: Autografia, 2016.

SCHALKWIJK, Frans Leonard. *Igreja e Estado no Brasil holandês (1630-1654).* São Paulo: Cultura Cristã, 2004.

SCHOTT, Willem. Inventário dos engenhos situados entre o Rio das Jangadas e o Rio Una, em Pernambuco, 1636. *In:* MELLO, José Antônio Gonsalves de. *Fontes para a História do Brasil holandês*: a economia açucareira. Recife: Companhia Editora de Pernambuco, 2004.

SILVA, Filipa Ribeiro da. *Dutch and Portuguese in Western Africa*: States, Merchants and the Atlantic System, 1580-1674. Leiden: Brill, 2011.

VAINFAS, Ronaldo. *Jerusalém colonial.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

WÄTJEN, Hermann. *O domínio colonial holandês no Brasil.* Recife: Companhia Editora de Pernambuco, 2004.

XAVIER, Lucia Furquim Werneck. *Sociabilidade no Brasil holandês (1630-1654).* Tese (Doutorado em História) — Universiteit Leiden, Leiden, 2018.